

Contrato nº 017/2022
Processo nº 03157545/2021
SACC: 1208637

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO CEARÁ, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA FAZENDA, E A EMPRESA CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI., ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE NELE SE DECLARA.

O **ESTADO DO CEARÁ**, através da **SECRETARIA DA FAZENDA**, situada na Avenida Alberto Nepomuceno, nº 02, Centro, Fortaleza - CE, CEP 60.055-000, inscrita no CNPJ sob o nº 07.954.597/0001-52, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pela (i) Secretária da Fazenda, Fernanda Mara de Oliveira Macedo Carneiro Pacobahyba, inscrita no CPF sob o nº 766.618.903-63; ou pela (ii) Secretária Executiva de Planejamento e Gestão Interna, Sandra Maria Olimpio Machado, inscrita no CPF sob o nº 162.977.173-20; ou pela (iii) Secretária Executiva da Receita, Liana Maria Machado de Souza, inscrita no CPF sob o nº 223.799.913-91; ou pelo (iv) Secretário Executivo do Tesouro Estadual e de Metas Fiscais, Fabrizio Gomes Santos, inscrito no CPF sob o nº 878.372.005-78, e a **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, com sede a Rua Desembargador Waldemar Alves Pereira, nº515, Bairro: Luciano Cavalcante, CEP: 60.810-700, Fortaleza-Ce, inscrita no CNPJ nº 07.468.050/0001-47, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pela Sra. **MARINALVA LIMA PEREIRA**, brasileira, gestora comercial e administrativa, residente e domiciliada nesta Capital, portadora da cédula de identidade nº 2002010249637 SSP/CE e inscrita no CPF sob o nº 367.200.383-20, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20210020 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 20210020 e seus anexos, e à proposta da CONTRATADA, os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa na prestação de serviços de mão de obra terceirizada, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da(s) área(s) de INFORMÁTICA, de acordo com as especificações e

quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. Os serviços, objeto deste contrato serão realizados nas dependências da CONTRATANTE:

UNIDADE	LOCALIZAÇÃO	ENDEREÇO
SEDE I	FORTALEZA	Av. Alberto Nepomuceno, 02 Centro
SEDE II	FORTALEZA	Av. Pessoa Anta, nº 274 Praia de Iracema
SEDE III	FORTALEZA	Av. Alberto Nepomuceno, 06 Centro
SEDE III ANEXO	FORTALEZA	Av. Alberto Nepomuceno, 78 Centro
SEDE IV	FORTALEZA	Av. Alberto Nepomuceno, 77 Centro

4.2. O objeto dar-se-á sob o regime de execução indireta: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA REPACTUAÇÃO

5.1. O valor contratual global importa na quantia de **R\$ 8.048.322,84** (oito milhões, quarenta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos).

5.2. Será admitida a repactuação dos preços dos serviços com base nos acordos ou convenções coletivas de trabalho limitando-se ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a contar da data do orçamento a que a proposta se referir, desde que observado o interregno mínimo de 01(um) ano e demonstrada a variação dos componentes dos custos efetivamente ocorridos e comprovados.

5.3. Não poderão ser repassados aos custos do contrato os reajustes salariais espontâneos ou aqueles decorrentes de acordos coletivos de trabalho ou convenções coletivas realizadas fora da data base da categoria.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta-corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012.

6.1.1. A nota fiscal/fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.

6.2. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Anexo I – Termo de Referência do edital do Pregão Eletrônico nº 20210020.

6.3. O percentual de provisionamento previsto no Grupo B da tabela de encargos sociais será devido no primeiro ano do contrato, no percentual máximo de 2,4324% (dois inteiros e quatro mil

trezentos e vinte e quatro milésimo por cento), sendo este reduzido, no caso de prorrogação para 1/10 do percentual da proposta definitiva, nos termos da Lei nº 12.506/2011.

6.4. Em caso do não pagamento de salário, de contribuições previdenciárias, do FGTS, e ainda, das verbas rescisórias devidas a mão de obra empregada na execução deste contrato, a contratante fica autorizada a proceder à retenção de valores a que porventura faça jus a contratada, até o limite da inadimplência.

6.5. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

6.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

6.6. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial. Caso a documentação tenha sido emitida pela internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos 19100001.04.122.211.20504.03.33903700.1.00.00.0.2.01.

CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado a partir do dia 16/05/2022, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua.

8.2. A publicação resumida deste contrato dar-se-á na forma do parágrafo único, do art. 61, da Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração da CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do respectivo instrumento, comprovante de prestação de garantia de 5% (cinco por cento) sobre o valor deste contrato, em conformidade com o disposto no art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993, vedada à prestação de garantia através de Título da Dívida Agrária.

9.2. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação da multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

9.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3. A garantia prestada, de acordo com o estipulado no edital, será restituída e/ou liberada após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente, conforme dispõe o § 4º, do art. 56, da Lei Federal nº 8.666/1993. Na ocorrência de acréscimo contratual de valor, deverá ser prestada garantia proporcional ao valor acrescido, nas mesmas condições inicialmente estabelecidas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar o objeto em conformidade com as condições contratuais.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no §1º, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/1993, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato da contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução do contrato.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução do contrato.

10.6. Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante;

10.7.1. Não atendendo o trabalhador as necessidades da CONTRATANTE por qualquer motivo que seja, a CONTRATADA se obriga a substituí-lo por outro profissional qualificado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas; sendo o prazo contado a partir do recebimento da solicitação formal por fax, e-mail ou pessoalmente dirigida ao preposto;

10.8. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e demais normas do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e a medicina do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

10.9. Apresentar mensalmente junto à contratante no prazo máximo de cinco dias úteis subsequente ao término dos serviços prestados, as folhas de pagamentos e as guias de recolhimentos dos encargos sociais exigidos em legislação vigente, em que se comprove a inclusão de empregados utilizados nos serviços contratados, os quais não terão, em tempo algum, durante o período contratual, nenhum vínculo empregatício com a contratante ou com o Governo do Estado do Ceará, sendo também de responsabilidade da contratada, o pagamento de todos os tributos que, direta ou indiretamente, incidam sobre a prestação dos serviços contratados, inclusive as contribuições previdenciárias fiscais e parafiscais, (FGTS, PIS, EMOLUMENTOS, SEGUROS DE ACIDENTES DE TRABALHO e outros previstos em lei), ficando excluída qualquer solidariedade da contratante por eventuais autuações administrativas e/ou judiciais, uma vez que a inadimplência da contratada com referência às suas obrigações não se transfere a contratante. Em nenhuma hipótese, e sob qualquer pretexto, poderá a contratada vincular pagamentos de sua

responsabilidade, inclusive os devidos a seus empregados, aos pagamentos a ela devidos pela contratante.

10.10. Apresentar à CONTRATANTE a escala anual de férias 60 (sessenta) dias antes do início para ser analisada pela Unidade Gestora do Contrato;

10.10.1. Não atendendo a necessidade da CONTRATANTE, a Unidade Gestora do contrato devolverá à CONTRATADA a escala de férias para os devidos ajustes;

10.10.2. Aos profissionais beneficiados por férias ou licença, quando solicitada, deverá a CONTRATADA fazer suas respectivas reposições por outros com as mesmas características;

10.11. Instalar em prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a partir da assinatura do contrato, escritório na cidade de Fortaleza/Ce;

10.12. Assumir total responsabilidade pelos encargos administrativos, tais como: controle de frequência, ausências permitidas, licenças autorizadas, punições, admissões, demissões, transferências, e, também por todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive a responsabilidade decorrente de acidentes, indenizações e seguros, vedada a quarteirização dos serviços;

10.13. Fornecer, até o primeiro faturamento, a relação com o nome do banco, agência e o número das contas-correntes bancárias de todos os empregados que prestarão serviços à SEFAZ, por meio de ofício protocolizado para a Célula de Gestão da Terceirização – CEGET;

10.14. Executar o serviço no horário estabelecido pela CONTRATANTE, e na unidade prevista no Item 4 deste contrato, valendo-se de pessoas qualificadas e idôneas, assumindo total responsabilidade sobre os equipamentos, imóveis e utensílios da Secretaria da Fazenda, disponibilizados à execução dos serviços, obrigando-se a indenizar à SEFAZ, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos causados aos seus sistemas, equipamentos, instalações, móveis, utensílios e bens, quer sejam eles praticados por empregado, prepostos ou mandatários seus. A responsabilidade se estenderá aos danos causados a terceiros;

10.15. Disponibilizar à contratante, quando solicitado, profissionais qualificados de acordo com os requisitos estabelecidos para a função contratada, de forma que o processo de recrutamento e seleção adotado pela contratada, tenha como critério de avaliação, as competências técnicas e comportamentais dos profissionais;

10.16. Diligenciar para que seus empregados não executem serviços que não os previstos no objeto deste Termo;

10.17. Atender as solicitações da SEFAZ para a prorrogação do turno contratado, cabendo a CONTRATADA a adoção das providências pertinentes junto às Delegacias Regionais do Trabalho, à Procuradoria Regional do Trabalho ou outra entidade ou órgão competente;

10.18. Manter preposto a título de supervisor, não incluído nos serviços contratados, para acompanhamento da execução do contrato, de todas as obrigações previstas e para manter o contato direto com a administração da SEFAZ, responsabilizando-se pela direção dos serviços contratados, assiduidade e pontualidade dos funcionários nos postos de trabalho, contabilização de horas extras e diárias, envio de medições, dentre outras atividades inerentes ao bom desempenho dos serviços;

10.19. Controlar a frequência dos funcionários envolvidos por meio de relógio de ponto ou cartão magnético, disponibilizado pela CONTRATADA, observando a legislação vigente sobre a matéria;

10.20. Cumprir as determinações da SEFAZ em relação às suas políticas de segurança;

10.20.1. Manter absoluto sigilo quanto às informações contidas nos documentos ou recursos manipulados por seus empregados, em especial quanto àqueles a serem digitados e/ou processados, dedicando especial atenção à sua guarda;

10.20.2. Obedecer às normas e rotinas da SEFAZ, em especial as que disserem respeito à

segurança e confiabilidade dos sistemas de guarda, de manutenção e da integridade dos dados.

10.21. Realizar o pagamento dos salários dos seus trabalhadores terceirizados à SEFAZ até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, em instituição bancária comercial, para que o trabalhador tenha acesso ao mesmo dentro do horário de expediente bancário;

10.22. Entregar vale-alimentação até o último dia útil do mês anterior àquele quando será prestado o serviço;

10.23. Efetuar mensalmente a entrega de cesta básica aos funcionários que prestam serviço a contratada;

10.24. Realizar o pagamento das verbas remuneratórias correspondentes às férias, até 2 (dois) dias antes do período de gozo, conforme disposição legal;

10.25. Realizar o pagamento de horas extras e outras verbas trabalhistas, não especificadas neste Termo, conforme a legislação vigente, enquadrando-se, para efeitos de apuração de responsabilidade e possível aplicação de penalidade, como de natureza salarial;

10.26. Pagar as diárias aos seus trabalhadores no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento por fax, e-mail ou qualquer outro meio formal de solicitação realizada pela Unidade Gestora de contratos da SEFAZ;

10.27. Dar ciência à SEFAZ imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

10.28. Fornecer, até o 10º (décimo) dia do início da execução do contrato, crachás de identificação para todos os seus terceirizados, conforme modelo do GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ constante no Anexo A deste Termo;

10.29. Cumprir e fazer cumprir na execução de qualquer atividade, trabalho ou serviço, solicitado pela CONTRATANTE as exigências da legislação vigente, quer sejam, federais, estaduais e/ou municipais, relativas à segurança, higiene e saúde do trabalho;

10.30. Não é permitido aos trabalhadores terceirizados ingerirem ou estar sob efeito de bebidas alcoólicas e/ou tóxicos durante o período de trabalho;

10.31. Fornecer à Unidade Gestora da SEFAZ, até o 10º (décimo) dia do início da execução do contrato, por meio de ofício, as seguintes informações:

a) Nome do preposto responsável para o recebimento de comunicações, ofícios, entre outros, bem como daqueles previstos no subitem 10.18;

b) Endereço completo, incluindo CEP, para o recebimento de comunicações;

c) Número(s) telefônico(s) para contato, bem como para o envio de Fax;

d) E-mail disponível para a tramitação de mensagens eletrônicas.

10.31.1. Qualquer alteração ocorrida nos dados dispostos no subitem 10.31 e suas alíneas durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE por meio de ofício;

10.31.2. Caso a CONTRATADA descumpra as obrigações contidas no subitem 10.31.1, não poderá alegar o não recebimento de comunicações, ofícios, intimações, entre outros, inerentes à execução do contrato e possíveis processos administrativos para se isentar de responsabilidade ou o cumprimento de outras prestações;

10.31.3. Quando a comunicação se der por meio eletrônico, através de e-mail disponibilizado pela CONTRATADA, esta terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, considerando apenas os dias úteis, para confirmar ou questionar o recebimento, caso contrário, reputar-se-á como recebido e acordado, salvo se comprovada a falha no envio pela CONTRATANTE;

10.32. Comprovar mensalmente o pagamento/reembolso do plano de saúde dos funcionários, conforme estabelecido na Convenção/Dissídio Coletivos de Trabalho da categoria profissional respectiva.

10.33. Entregar mensalmente, a Célula de Gestão da Terceirização da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, cópia dos documentos descritos abaixo:

- a) Declaração de Análise de Faturamento do SISTER;
- b) Folha de pagamento dos trabalhadores, referente ao mês faturado, ou contracheque devidamente assinado;
- c) Comprovante de pagamento da remuneração total, correspondente ao mês faturado, de todos os trabalhadores que prestam serviço a esta SEFAZ, em referência ao objeto contratado, através de relatório de crédito em conta-corrente, emitido, assinado e datado pelo Banco, ou com a devida autenticação digital, ou ainda, em caráter excepcional a ser analisado pela fiscalização do contrato, do recibo de pagamento assinado pelo trabalhador;
- d) Comprovante de quitação das verbas correspondentes às férias dos trabalhadores que gozaram no mês da prestação de serviço faturada;
- e) Comprovante de pagamento da(s) rescisão(ões) de contrato de trabalho efetuado no mês dos serviços faturados, assinada(s) pelo(s) empregado(s) e pelo sindicato da categoria, de acordo com as exigências legais;
- f) Comprovações de entrega de todos os vales-alimentação do mês da prestação de serviço faturada;
- g) Comprovante de entrega de todos os vales-transporte do mês da prestação de serviço faturada;
- h) Comprovante de entrega de todas as cestas básicas referente ao mês da prestação de serviço faturada;
- i) Comprovações de pagamento da efetiva prestação de horas extraordinárias e horas de sobreaviso, correspondente ao mês anterior ao da prestação de serviço apurado, por meio do controle de ponto ou por solicitação original do setor competente da CONTRATANTE, salvo disposição em contrário;
- j) Comprovante de pagamento, se houver, dos vales lanches em decorrência do labor de horas extras, correspondente ao mês anterior ao da prestação de serviço apurado, salvo disposição em contrário;
- l) Comprovações de pagamento das despesas/reembolso com planos de saúde referente ao mês anterior da prestação de serviço faturado; devendo a referida comprovação, constar relação de inscrição dos funcionários usuários do plano de saúde atualizada, de acordo com a competência apurada.
- m) GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) do mês anterior ao período solicitado, devidamente quitada;
- n) Relatório Analítico da GRF do mês anterior ao serviço faturado;
- o) Comprovante de Declaração das Contribuições a Recolher à Previdência Social e a Outras Entidades e Fundos por FPAS do mês anterior ao período solicitado;
- p) Relação dos Empregados constantes no arquivo SEFIP do mês anterior ao serviço faturado;
- q) Cópia da quitação do recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregado), relativas aos profissionais envolvidos na execução do objeto deste instrumento do mês anterior ao período faturado;
- r) Comprovante de pagamento das diárias solicitadas durante o mês da prestação do serviço, acompanhado das solicitações originais feitas pelo setor competente desta SEFAZ;
- s) Outros comprovantes que se fizerem necessários ou que, por ventura, a legislação venha a exigir.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de ordem de serviço.

- 11.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações.
- 11.3. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da CONTRATADA, que atenderá ou justificará de imediato.
- 11.4. Notificar a CONTRATADA, de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.
- 11.5. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato.
- 11.6. Determinar o horário da realização dos serviços podendo ser variável em cada local e passível de alteração, conforme conveniência da contratante com observância das leis trabalhistas.
- 11.7. Determinar o regime de trabalho para a realização dos serviços, que poderá ser na modalidade presencial, teletrabalho e ambos (presencial e teletrabalho).
- 11.8. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.
- 11.9. Reembolsar à contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de horas extras, diárias e outros, conforme planilha aprovada pela SEPLAG.
- 11.10. Reembolsar a CONTRATADA os valores decorrentes de pagamentos de diárias, devidamente comprovados, em caso de indispensável deslocamento de funcionário da CONTRATADA a serviço em outra localidade diferente da sua lotação, na forma e condições estabelecidas na legislação pertinente e no valor estabelecido na Convenção/Dissídios Coletivos de Trabalho da categoria profissional respectiva.
- 11.11. Reembolsar a contratada os valores de despesas, devidamente comprovadas, decorrentes de pagamentos de vale-alimentação, cesta básica e plano de saúde, quando for o caso;
- 11.11.1. O vale-alimentação será remunerado mensalmente à contratada, correspondente a quantidade de 22 (vinte e dois) vales conforme previsto em Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho, deduzido ainda 1% (um por cento) do valor total, salvo disposição em contrário;
- 11.11.2. Os valores decorrentes de pagamentos de plano de saúde e cestas básicas, devidamente comprovados, serão ressarcidos à contratada na forma e condições estabelecidas na Convenção/Dissídios coletivos de trabalho da categoria profissional respectiva;
- 11.12. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da CONTRATADA;
- 11.13. Comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas ocorridas durante a execução do contrato;
- 11.14. Atestar as notas fiscais ou faturas correspondentes à prestação de serviço, para fins de pagamento à CONTRATADA;
- 11.15. Solicitar a substituição dos funcionários da CONTRATADA que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho;
- 11.16. Iniciar processo administrativo para apuração de responsabilidade e possível aplicação de penalidade nos casos que ensejam rescisão unilateral de contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelos servidores: (i) Rosélia Fernandes Leite Medeiros, matrícula nº 10752116; (ii) Marcos Antônio Ramos Cunha, matrícula nº 1036521x; e (iii) Veridiana Paula de Meneses Costa, matrícula nº 10664411; todos vinculados à Coordenadoria de Gestão de Pessoas – Cogep, representantes especialmente designados para este fim pela contratante, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal nº 8.666/1993, doravante denominado simplesmente de GESTORES.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de inadimplemento de suas obrigações, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civil e criminal, às seguintes penalidades:

13.1.1. Multas, estipuladas na forma a seguir:

- a) Multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). pela inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia.
- b) Multa diária de 0,3% (três décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual até o 30º (trigésimo) dia, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- c) Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento), no caso de atraso na execução do objeto contratual superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente. A aplicação da presente multa exclui a aplicação da multa prevista na alínea anterior.
- d) Multa diária de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais cláusulas contratuais, elevada para 0,3% (três décimos por cento) em caso de reincidência.
- e) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor deste contrato, no caso de desistência da execução do objeto ou rescisão contratual não motivada pela CONTRATANTE.

13.1.2. Impedimento de licitar e contratar com a Administração, sendo, então descredenciada no cadastro de fornecedores da Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste instrumento e das demais cominações legais.

13.2. Se não for possível o pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes ou descontado da garantia contratual, a CONTRATADA recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão CONTRATANTE. Se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

13.3. A multa poderá ser aplicada com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade.

13.4. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1. A contratada deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática conluída”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando a influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução deste contrato.

e) “prática obstrutiva”:

(1) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nesta cláusula;

(2) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

14.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

14.3. Considerando os propósitos dos itens acima, a contratada deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução deste contrato e todos os documentos e registros relacionados à licitação e à execução deste contrato.

14.4. A contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluídas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução deste contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1. A inexecução total ou parcial deste contrato e a ocorrência de quaisquer dos motivos constantes no art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993 será causa para sua rescisão, na forma do art. 79, com as consequências previstas no art. 80, do mesmo diploma legal.

15.2. Este contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo pela CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso XII, do art. 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, sem que caiba à CONTRATADA, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

16.1. Fica eleito o Foro do município da sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa.

E por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, e do qual se extraíram 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza, 22 de Abril de 2022.

SECRETARIA DA FAZENDA

**CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E
REPRESENTAÇÕES EIRELI**

REPRESENTANTE DA SEFAZ

REPRESENTANTE LEGAL

Aprovado:

ASSESSORIA JURÍDICA

ANEXO ÚNICO DO CONTRATO Nº 017/2022 (SACC)

CATEGORIAS	CBO	CARGA HORARIA	QTD	S.B	ENC. SOC.	MONT.A	TX.ADM.	V.A.	C.B.	TRIB.	PLANO DE SAÚDE	MONT B.	A + B	TOTAL X QTD
Gerente de Projetos I – Fortaleza	1425-20	40	10	11.423,80	7.754,46	19.178,26	-383,57	503,34	88,04	1.059,06	40,99	1.307,86	20.486,12	204.861,20
Gerente de Projetos II – Fortaleza	1425-20	40	9	12.539,90	8.512,07	21.051,97	-421,04	503,34	88,04	1.159,37	40,99	1.370,70	22.422,67	201.804,03
Gerente de Projetos III – Fortaleza	1425-20	40	4	13.556,62	9.202,22	22.758,84	-455,18	503,34	88,04	1.250,75	40,99	1.427,94	24.186,78	96.747,12
Gerente de Projetos IV – Fortaleza	1425-20	40	4	14.934,34	10.137,42	25.071,76	-501,44	503,34	88,04	1.374,58	40,99	1.505,51	26.577,27	106.309,08
			27											R\$ 609.721,43
														R\$ 60.972,14
														R\$ 670.693,57
														R\$ 8.048.322,84

Subtotal Geral	R\$	609.721,43
Provisionamentos Geral	R\$	60.972,14
Valor Mensal 1 mês	R\$	670.693,57
Valor Global P/ 12 Meses	R\$	8.048.322,84

(Oito milhões, quarenta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos)

12 MESES

TABELA DE TRIBUTOS	
Discriminação	Percentuais(%)
ISS	5,00
COFINS	0,15
PIS	0,03
TOTAL	5,18

ANEXO ÚNICO DO CONTRATO Nº 017/2022 (SACC)

TABELA DE ENCARGOS SOCIAIS E TRIBUTOS	
GRUPO "A"	
A1.Previdência Social	20,0000%
A2.FGTS	8,0000%
A3.Salário Educação	2,5000%
A4.SESI / SESC	1,5000%
A5.SENAI / SENAC	1,0000%
A6.INCRA	0,2000%
A7.Risco Ambientais do Trabalho (RAT X FAP)	2,1000%
A8.SEBRAE	0,6000%
TOTAL DO GRUPO "A"	35,9000%
GRUPO "B"	
B1.Aviso Prévio Indenizado	1,6825%
B2.Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,1346%
B3.Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,0538%
B4.Aviso Prévio Trabalhado	0,3926%
B5.Incidência do Grupo A sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,1409%
B6.Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	0,0126%
TOTAL DO GRUPO "B"	2,4170%
GRUPO "C"	
C1.Férias	8,3333%
CS. Ausência (C2.1.Ausências Legais)	2,2222%
C2. Ausência(C2.2. Ausências Licença Paternidade)	0,0208%
C2. Ausência (C2.3.Ausência Acidente de Trabalho)	0,0358%
C2. Ausência (C2.4. Ausência Afastamento Maternidade)	0,0302%
C3.Incidência do Grupo "A" sobre o Grupo "C"	3,8206%
TOTAL DO GRUPO "C"	14,4629%
GRUPO "D"	
D1.13º Salário	8,3333%
D2.Adicional de Férias (1/3 de Férias)	2,7778%
D3.Incidência do Grupo "A" sobre o Grupo "D"	3,9889%
TOTAL DO GRUPO "D"	15,1000%
TOTAL DE ENC. SOCIAIS	67,8799%

Assinado de forma digital por MARINALVA
LIMA PEREIRA BASTOS (367.200.383-20)
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Presencial,
OU=01921580000112, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A3, OU=(em branco), CN=MARINALVA
LIMA PEREIRA BASTOS 36720038320
Data: 26/04/22 15:10:52 -03:00



Assinado de forma digital por ROBERTA DE
ALENCAR PITA (619.403.763-53) DN:
C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=00250354800194, CN=ROBERTA DE
ALENCAR PITA 61910376353
Data: 26/04/22 15:50:55 -03:00



Assinado de forma digital por SANDRA
MARIA OLIMPIO MACHADO (162.977.173-
20) DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria
da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB
e-CPF A3, OU=(EM BRANCO),
OU=01921580000112, CN=SANDRA MARIA
OLIMPIO MACHADO 16297717320
Data: 27/04/22 11:27:42 -03:00



EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº16/2022

A ORIENTADORA DA CÉLULA DE EXECUÇÃO ADMINISTRACAO TRIBUTARIA DA AGUA FRIA, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe ART. 22 A 25 DA LEI 15.812/2015, FAZ SABER que os **CONTRIBUINTES** relacionados no Anexo Único deste Edital, ficam **NOTIFICADOS** para, através de seus dirigentes ou responsáveis, usufruindo da prerrogativa da espontaneidade, junto ao CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA DA AGUA FRIA, cumprirem as respectivas obrigações tributárias dentro do prazo de 5 DIAS, a contar da data da publicação deste EDITAL, sob pena de se sujeitarem às penalidades previstas na legislação. CÉLULA DE EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTARIA DA AGUA FRIA, em Fortaleza, 06 de abril de 2022.

Edileuza Alves de Moura
ORIENTADORA DA CÉLULA DE EXECUÇÃO

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº16/2022, DE 06 DE ABRIL DE 2022

Nº DE ORDEM	C.G.F	FIRMA OU RAZÃO SOCIAL	OBTRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA A CUMPRIR (PERÍODO DE REFERÊNCIA)
01	44395949134	EBRON HELLEN DA SILVA SOARES	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 245702
02	03659566195	ELIAS GOMES SOARES	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 245703
03	03659554189	EZEQUIEL GOMES SOARES	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 245704
04	42658004320	MIRABEAU CARDOSO SOARES JUNIOR	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 231128
05	54966787300	LEONOR SANTOS CARDOSO SOARES	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 231129
06	80300758553	IGOR ARAUJO MADUREIRA DE OLIVEIRA	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 266430
07	03397181372	PAULO ERNANE ALVES DE CARVALHO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251176
08	03397157315	FRANCISCA N ALVES DE CARVALHO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251168
09	03126864473	MARIA TEREZA DE CARVALHO NOGUEIRA	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251169
10	012140554353	RICARDO ALVES DE CARVALHO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251170
11	08180385353	HUMBERTO ALVES DE CARVALHO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251171
12	03397181372	PAULO ERNANE ALVES DE CARVALHO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251175
13	00982616309	CIBELLE NUNES DE CARVALHO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251177
14	95100768304	GISELLE NUNES DE CARVALHO MELO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251178
15	03126864473	MARIA TEREZA DE CARVALHO NOGUEIRA	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 251174
16	60357175352	ADRIANA MARIA ALVES DE CARVALHO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 256916 E 256917
17	01267925345	EDUARDO HENRIQUE DE LIMA BRAGA JUNIOR	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 297592
18	60265663172	LEONARDO BUZZI	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 296506
19	08112835349	MARY MILDRED DAMASCENO FREIRE	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 297962
20	09059040368	RUTH SANDRA MARTINS MAIA	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 153439
21	058436693353	REBECCA MARTINZ CARDOSO	RECOLHER IMPOSTO ITCD GUIA 153442

*** **

EXTRATO DE CONTRATO**Nº DO DOCUMENTO 016/2022 (SACC Nº1208093)**

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA FAZENDA, CNPJ: 07.954.597/0001-52. CONTRATADA: **EICON CONTROLES INTELIGENTES DE NEGÓCIOS LTDA**, CNPJ: 53.174.058/0001-18. OBJETO: **Serviço de desenvolvimento de novas funcionalidades** para o Sistema de Gestão Tributária (SIGET), incluindo a implementação de melhorias a fim de mantê-los atualizados com as necessidades da Sefaz, além de sustentação para o Sistema de Gestão Tributária (SIGET) e Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Edital do Pregão Eletrônico nº 20220004 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: Comarca de Fortaleza. VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura. O prazo de execução do objeto deste contrato é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento da ordem de Serviço. Os prazos de vigência e de execução poderão ser prorrogados nos termos do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993. VALOR GLOBAL: R\$ 1.659.274,08 (um milhão, seiscentos e cinquenta e nove mil e duzentos e setenta e quatro reais e oito centavos), pagos em até 20 (vinte) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19100001.04.122.232.10550.03.44904000.2.48.59.1.40. DATA DA ASSINATURA: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará em 27 de abril de 2022. SIGNATÁRIOS: SANDRA MARIA OLIMPIO MACHADO, REPRESENTANTE DA SEFAZ e Carlos Henrique Pereira Travassos, REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA.

Deborah Mithya Barros Alexandre
ORIENTADORA DA CÉLULA DE COMPRAS E CONTRATOS

Publique-se.

*** **

EXTRATO DE CONTRATO**Nº DO DOCUMENTO 017/2022 (SACC: 1208637)**

CONTRATANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DA FAZENDA, CNPJ: 07.954.597/0001-52. CONTRATADA: **CERTA SERVIÇOS EMPRESARIAIS E REPRESENTAÇÕES EIRELI**, CNPJ: 07.468.050/0001-47. OBJETO: Contratação de empresa na **prestação de serviços de mão de obra terceirizada**, cujos empregados sejam regidos pela CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS (CLT), para atender as necessidades da(s) área(s) de INFORMÁTICA, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20210020 e seus anexos, os preceitos do direito público, e a Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações, e, ainda, outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto. FORO: Comarca de Fortaleza. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do dia 16/05/2022, podendo ser prorrogado nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, por ser considerado pela CONTRATANTE, serviço de natureza contínua. VALOR GLOBAL: R\$ 8.048.322,84 (oito milhões, quarenta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e quatro centavos) pagos em até 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta-corrente em nome da contratada, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241, de 06 de dezembro de 2012. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 19100001.04.122.211.20504.03.3390370 0.1.00.00.0.2.01. DATA DA ASSINATURA: Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará em 27/04/2022. SIGNATÁRIOS: SANDRA MARIA OLIMPIO MACHADO, REPRESENTANTE DA SEFAZ e MARINALVA LIMA PEREIRA, REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA.

Deborah Mithya Barros Alexandre
ORIENTADORA DA CÉLULA DE COMPRAS E CONTRATOS

Publique-se.

*** **

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº36, de 26 de abril de 2022.

DIVULGA TABELA COM AS QUANTIDADES DE ÓLEO DIESEL A SEREM CONSUMIDAS POR EMPRESAS OPERADORAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS DURANTE O MÊS DE MAIO DE 2022, PARA FINS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ITEM 914.0 DO ANEXO III DO DECRETO Nº33.327, DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

A SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO que a Lei Estadual nº 16.710, de 21 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o modelo de gestão do Poder Executivo e altera a estrutura da Administração Estadual, por meio de seu art. 46, inciso I, alínea h, transferiu as atribuições referentes à gestão do Sistema de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Ceará à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (ARCE); CONSIDERANDO o disposto no item 14.0 do Anexo III do Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019, e na cláusula sexta do Termo de Cooperação Técnica 001/2020, celebrado entre o Estado do Ceará e a ARCE, com validade até 31 de dezembro de 2022, RESOLVE:

Art. 1.º Ficam divulgadas, nos termos do item 14.0 do Anexo III do Decreto nº 33.327, de 30 de outubro de 2019, as seguintes informações:

I – identificação, inclusive do número do CNPJ e da inscrição municipal, das empresas prestadoras de serviço de transporte rodoviário intermunicipal

